

## O bebê de Rosemary

Gustavo H. B. Franco

Recentemente o ex-ministro Delfim Netto produziu mais uma de suas grandes tiradas ao dizer que o IPA (índice de preços por atacado) estava grávido dos índices de preços ao consumidor (os IPCs). Com isso ele aludia à discrepância entre a inflação medida pelos IPAs que, na margem, já supera os 25% anuais, e a medida pelos IPCs que anda apontando um pouco para cima da meta de 8%. Na verdade, o ex-ministro insistia em negar a existência da gravidez, o que, a partir de certo ponto, é sempre difícil, pois a sintomatologia começa a ficar meio óbvia. Nos botequins da vida o retorno da Velha Senhora é saudado mais ou menos como a candidatura Collor à Prefeitura de São Paulo, uns dizem que é um absurdo, outros que não tem outro jeito.

As empresas brasileiras em geral foram submetidas a grandes pressões de custo em função da ultra-maxi-desvalorização mas poucas conseguiram repassá-las aos preços face às condições adversas de demanda, que só mostraram alguma melhoria com as encomendas para o Natal. Os preços por atacado, portanto, não aumentaram tudo que gostariam. Pelas empresas, Brasil afora, o que se ouve é que, no momento em que as vendas refrescarem um pouco, as margens serão recompostas. Ou seja, o IPA está grávido da maxi.

No varejo a situação é semelhante: o consumidor está arredio e não aceita desaforo. Mas não vamos nos iludir com a "mudança cultural" que todos sabemos que ocorreu mas que pode ser encurralada pelas leis econômicas. A presença do produto importado a preços razoáveis era o fator objetivo que permitia ao consumidor toda essa encantadora soberania sobre os oligopólios. Depois da ultra-maxi as coisas mudaram. Não no mesmo momento, pois foi preciso que se esgotassem os estoques, e os importadores chegassem ao limite na compressão de suas margens, para que os importados começassem a ficar proibitivos. Agora, basta um bocadinho mais de demanda nas lojas para os oligopólios locais iniciarem a colocar os preços, como dizem, "nos seus devidos lugares".

Na parcela dos IPCs relativa a serviços, a dinâmica é um pouco diferente. Nos aluguéis, por exemplo, vamos sentir os efeitos da indexação, que existe em bases anuais e geralmente pelos IGPs (índices conhecidos como "gerais", que são 60% atacado, 30% varejo e 10% construção), que andam pela casa dos 15% anuais e subindo. Com 1/12 dos contratos andando a 15%, é 1,25% mensais na rubrica e subindo, sem falar em aquecimento do mercado imobiliário. Os outros serviços estão em patamares de preços ainda muito altos, pois estiveram aumentando mais que os outros preços desde 1994 até pelo menos meados de 1996. Pode certa gordura para queimar aí, embora exista, neste caso, uma flagrante assimetria entre o poder do provedor do serviço e do consumidor. Pense no seu barbeiro, ou no pediatra de seus filhos: não é fácil trocar se eles resolverem reajustar seus preços.

A influência do IPA e das tarifas públicas sobre os serviços é muito variável. Tudo que tem a ver com automóveis parece acompanhar o dólar e os preços da gasolina. Os serviços médicos nem tanto, mas parecem se contaminar com as andanças dos preços dos remédios que, por sua vez, estão sendo reajustados devagar, mas significativamente. A indústria farmacêutica é sempre um alvo fácil para iniciativas populistas, CPIs e ministros que querem aparecer. Por isso exhibe enorme receio em ver-se na vanguarda dos reajustes e acusada de fazer retornar a inflação.

Este medo, aliás, está presente em inúmeros outros casos, inclusive nas concessionárias de serviços públicos que assinaram contratos que lhes asseguram o direito de reajustar tarifas de acordo com as variações no câmbio. Mas os pleitos junto às agências reguladoras têm sido bem mais tímidos. É claro, todavia, que esses pudores vão sendo minados pela desenvoltura com que os preços dos combustíveis, e outros preços ditos "administrados", têm sido reajustados. Sabe-se que a motivação, nesses casos, é fiscal tendo em vista as metas fixadas para a misteriosa "conta petróleo". Para quem não sabe, essa conta é um dispositivo através do qual o Tesouro paga (ou recebe, o que é raro) à Petrobrás a diferença entre preços de seus produtos e seus custos mais uma remuneração "justa" de seus ativos fixos. Sempre foi muito difícil explicar direito como são feitas essas contas, mas o fato é que a primeira vez que a anualidade na indexação foi rompida foi quando o ajuste nos preços de combustíveis foi mensalizado tendo em vista as variações na "conta petróleo".

Um segundo golpe sobre a anualidade foi desferido recentemente pelo Congresso ao aprovar uma velha Medida Provisória dispondo sobre mensalidades escolares admitindo o reajuste semestral. A iniciativa certamente merece o veto do Senhor Presidente da República, caso seja possível. Vale lembrar, aliás, que a anualidade existe apenas em uma outra Medida Provisória antiga, a da desindexação, editada pela primeira vez em meados de 1995, e ainda não transformada em lei.

Junte-se a isso tudo, por fim, o renascimento de pleitos estapafúrdios em negociações trabalhistas, geralmente com o propósito de levar as disputas a dissídio, onde as partes vão encontrar uma Justiça do Trabalho ameaçada de extinção e sequiosa por demonstrar sua essencialidade na defesa dos interesses dos trabalhadores. Sua generosidade em reconhecimento de "perdas passadas" e "ganhos de produtividade", como recentemente demonstrada pelo TRT-SP no dissídio dos empregados da Sabesp, pode seguramente se generalizar. Podemos ter surpresas com bancários, petroleiros e outras categorias fortes com dissídios bem visíveis.

Ao que parece, esse conjunto de sintomas aponta no sentido de uma dupla gravidez: dos IPAs pela ultra-maxi, e dos IPCs pelos IPAs. Sugere-se, com isso, que existe uma pressão inflacionária latente, ou uma "inflação reprimida", que é preciso combater antes que seja tarde. Nesses casos, os bancos centrais costumam agir preventivamente, pois depois de certo tempo a gravidez se torna irreversível e a criança que está para nascer é o diabo.

O ex-ministro Delfim age com sabedoria ao tentar negar a existência da gravidez, pois assim evita uma discussão muito mais difícil para si, que é a da paternidade dessa diabólica ideia que foi desvalorizar o Real nessa magnitude absurda, coisa que ele sempre apoiou, e cujo resultado foi a queda nas exportações, uma gravidez indesejada e a desarrumação de uma política econômica que dava ao governo níveis de aprovação superiores a 60%.